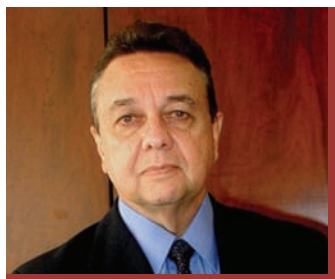


Diário de bordo

Ecos do Censo



Roberto Rodrigues*

HÁ MUITA informação para ser analisada no novo Censo Agropecuário, feito com base no ano de 2006. São centenas de tabelas que demandam muito estudo criterioso para evitar conclusões apressadas.

Alguns números centrais saltam à vista: em 1996 (ano do censo anterior) o Brasil tinha 4.859.865 estabelecimentos rurais; em 2006, o número aumentou para 5.175.489, um crescimento de 6,5%, que pressupõe uma desconcentração. No entanto, segundo explicações dos técnicos do IBGE, de acordo com o índice de Gini houve um aumento da concentração; mas pelo censo, ela caiu em 2.360 municípios.

E a área plantada? Esta aumentou de 1970 (294,145 milhões de ha) para 1996 (353,611 milhões de ha); mas, de lá para cá, caiu para 329,941 milhões de ha, uma redução de 23 milhões de ha, ou 6,69% em relação ao censo anterior.

Boa parte desta área foi cedida para novas unidades de conservação e terras indígenas, respectivamente com 72,099 milhões de ha (8,47% do território nacional) e 125,545 milhões de ha (14,74% do total).

Em 1996, havia 17.930.890 pessoas trabalhando no campo, contra 16.567.544 em 2006, diminuição proporcional à da área total dos estabelecimentos rurais.

Em compensação, 803 mil tratores operavam no campo em 1996, e em 2006 o

número subiu para 820 mil: menos gente e mais máquinas, um bom sinal.

Mas os números interessantes mesmo estão na produção.

Quase todos os produtos tiveram aumentos significativos: algodão cresceu 189% de 1996 a 2006; a soja cresceu 88%, a mandioca 77%, o milho 66%, o trigo 57,5%, o feijão 50%, a cana 48%, o café 26%, arroz 17,4%, até a uva cresceu 26,9% e o fumo explodiu em 145,7%. Só diminuíram: laranja, -25,2% e cacau, -17,7%. Os produtos tiveram melhores rendimentos, resultado da tecnologia tropical sustentável gerada no país.

Os dados apontam que a agricultura familiar produziu, em 2006, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja.

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Eles são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como FAO/Incr e universidades brasileiras que estudaram o setor. A Lei 11.326 determina que quatro módulos fiscais é o limite máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão de obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família.

Curiosidades: cerca de 2.418.339 propriedades foram obtidas a partir da compra de particular; e 1.526.161 foram resultado de herança!

Mais de 290 mil vieram de reforma agrária, 47 mil com crédito fundiário, 123 mil via doações e 46 mil por causa de usucapião.

Enfim, há muito para estudar nos dados do censo. Mais que isso: eles podem sinalizar políticas públicas mais adequadas ao setor. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Liderar ou ser liderado



Cesário Ramalho da Silva*

A EXIGÊNCIA de critérios socioambientais para produtos e processos agrícolas tornou-se um diferencial competitivo. Consolidar um agronegócio sustentável, ou seja, ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável é o único caminho. Entretanto, esta missão exige compromisso e participação de todos os agentes da cadeia produtiva.

Mas não foi, por exemplo, o que aconteceu no recente acordo entre frigoríficos e governo de Mato Grosso, coordenado por uma organização não governamental (ONG) ambiental. Por este pacto, os frigoríficos ameaçam não adquirir carne oriunda de gado criado no bioma amazônico. Um esforço válido, mas, que precisa ser melhorado, para obter resultados semelhantes aos da moratória da soja.

Primeiro, os pecuaristas ficaram fora da mesa de negociações. Como pode ser feito um acordo sem a presença do principal agente da atividade, o produtor rural? Ou para os outros elos da cadeia produtiva, a sua opinião não conta?

Segundo, um compromisso deste porte deve levar em conta as legislações relativas ao tema ambiental e fundiário, que estão sendo objeto de mudança, em busca de sintonia com a realidade.

Embora ainda não haja consenso da amplitude das modificações que serão feitas na legislação ambiental, é fato que ela será alterada. No caso fundiário, a MP